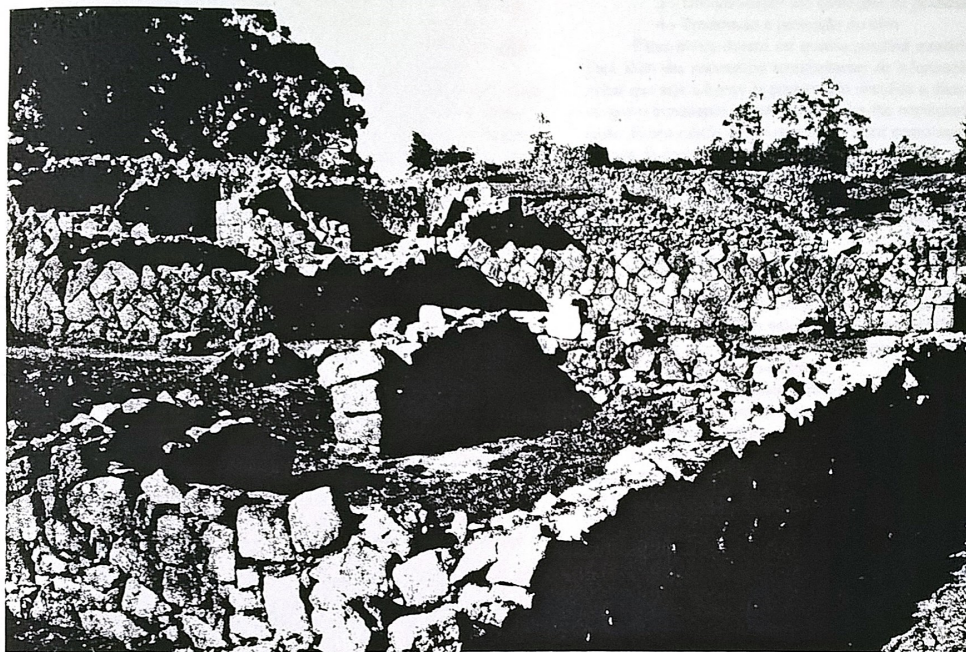


---

# Conservação de Sítios Arqueológicos

Virgílio Hipólito Correia



Destacável do  
Boletim do Grupo de Amigos  
do Museu D. Diogo de Sousa  
nº 3, Novembro, 1991

---

MUSEU MONOGRÁFICO DE CONIMBRICA



## 1.0 Introdução

Em qualquer país e em qualquer momento, pode ser identificada uma pléiade de exemplos práticos de projectos de valorização ou protecção de sítios arqueológicos, com resultados diferentes, mas nos quais é invariavelmente importante o empenho de indivíduos ou instituições em conseguir levar a cabo o "salvamento" da estação.

O objectivo principal do conservador deve ser, sem dúvida, criar uma estrutura de trabalho e de pensamento que, sendo flexível, possa encontrar eco em situações concretas diversificadas, mas cujas linhas de força não sejam alteradas ou distorcidas por essa diferenciação das condições temporais e espaciais de aplicação.

Qualquer sítio arqueológico intervenção no presente, fica condenado à destruição, a não ser que sejam tomadas medidas em sentido contrário. Tais medidas devem ter como meta garantir que o sítio, ainda que exposto (por escavações arqueológicas, pela abertura ao turismo, pela sua situação em áreas sob pressão urbanística ou qualquer outra forma de desenvolvimento em geral) venha a ter uma vida tão longa como a que teria se a sua condição de estação arqueológica soterrada e em equilíbrio com o meio geológico envolvente se mantivesse inalterada. O limiar temporal no qual se deve inscrever a conservação é assim colocado, não na percepção de uma ou duas gerações, mas na dos milhares de anos, que são aliás bem documentados pelo tempo que alguns sítios já sobreviveram soterrados. As questões que constituem e envolvem a problemática da conservação dos sítios arqueológicos estão directamente relacionadas com dois vectores fundamentais dos sentimentos dominantes nas sociedades actuais sobre as suas próprias origens: a curiosidade e o amor reflectidos, na prática, no desenvolvimento da arqueologia (satisfação da curiosidade) e da exigência da preservação dos vestígios (manutenção do objecto do amor).

Actualmente, a percepção do património cultural como parte da herança do mundo (e, logo, um fenómeno não-nacionalista) sobreleva a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na sua preservação.

É óbvio que a colocação da questão nestes termos obriga a seguir uma linha de pensamento rigorosa sobre a preservação dos sítios, e que esta se deve escalar segundo os vários níveis de percepção da realidade arqueológica:

1 - Avaliação do valor dos sítios (com a necessidade evidente

de relativização e, logo, do conhecimento do património arqueológico no seu todo)

2 - Decisão sobre a forma adequada de preservação (que poderá ir desde a proibição de qualquer actividade, inclusive escavação, até à escavação integral, com fins de salvaguarda e valorização)

3 - Documentação das condições de preservação do sítio

4 - Tratamento e protecção do sítio

Estes níveis devem ser quanto possível mantidos independentes. Para além das necessárias transferências de informação é necessário evitar que seja a forma de preservação decidida a ditar o valor do sítio, ou que o tratamento que se pretenda dar-lhe condicione a documentação do seu estado de conservação. Factos como esses impedem uma tomada de decisões e uma acção consistente e vêm, em última análise, a impedir uma conservação a longo prazo.

## 2.0 Preservação de sítios. Uma perspectiva global.

### 2.1 Avaliação da importância dos sítios

O valor dos sítios arqueológicos é a base de todo o processo de tratamento, preservação e valorização. O seu significado pode ser definido através da conjunção de valores específicos como:

- valor estético-artístico;
- valor económico-utilitário;
- valor associativo-simbólico;
- valor histórico-informativo.

A forma de determinação destes valores, empírica ou quantificada, é variável e conta com muitos exemplos, mas parece consensual que o valor de um sítio se deve basear numa declaração do seu significado, base de todo o seu processo de preservação:

*A declaração de significado é um sumário sucinto das razões pelas quais um recurso cultural tem valor: suportado por uma descrição suficiente do processo de avaliação utilizado, e dos dados em que ele se baseia, demonstrando que a declaração se justifica.*

Sharon Sullivan

Em Portugal, uma declaração deste género é normalmente constituída pela "memória descritiva", associada e necessária a qualquer processo de classificação, mas parece útil alertar para esta filosofia que nem sempre tem sido cabalmente plasmada na prática corrente.



dor o deixou; ou conservá-lo e mantê-lo. De facto, só a segunda opção é possível, pois a primeira condena a estação à destruição.

Percorridos estes passos, é evidente que, a nível geral, a gestão dos sítios pode surgir de duas perspectivas diferenciadas. Uma, dedutiva, passa pela elaboração de um plano nacional de objectivos para o património, a partir do qual as decisões sobre os sítios específicos são tomadas, de acordo com a sua valorização. Outra, indutiva, é de base casuística e relativa, e elabora a política de gestão de um sítio tendo como base exclusiva a declaração de significado respectiva.

A primeira destas duas perspectivas é, sem dúvida, a que melhores resultados dá, a longo prazo, quando materializada num processo de gestão, articulado em cinco fases, nomeadamente :

- localizar e documentar as estações,
- avaliar o seu valor.
- declarar o seu significado.
- criar uma política de gestão e conservação,
- aplicar as medidas apropriadas a essa política.

O plano de gestão que é necessário a este processo necessita de elementos chave, como são :

- a) o levantamento do enquadramento legal e institucional do sítio (ou a sua proposta)
- b) a sua descrição no contexto regional
- c) a declaração de significado do sítio
- d) as declarações de significado de outros sítios imediatos
- e) a avaliação dos perigos físicos e ambientais a que a área está sujeita
- f) os interesses actuais ou possíveis que o sítio desperta ou virá a despertar nos eventuais visitantes
- g) outras necessidades ou constrangimentos, como os científicos
- h) informação sobre situações comparáveis
- i) a definição do melhor uso possível para o sítio
- j) a organização de gestão pretendida
- l) as práticas de gestão a desenvolver

Um plano com estas características e componentes deve ser elaborado atendendo a dois requisitos:

- 1 - A avaliação do valor patrimonial tem de preceder o processo de decisão, e ser independente dele.
- 2 - A avaliação do valor patrimonial, por si só, não determina o plano de gestão, que pode (e deve) incluir outras considerações; como as financeiras, técnicas, legislati-

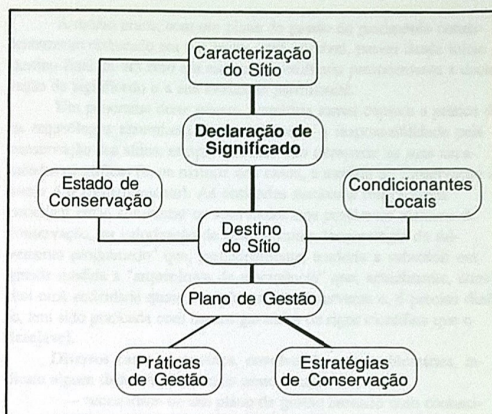


Fig. 1 - Esquema de coordenação da avaliação patrimonial com a valorização dos sítios arqueológicos.

vas, sociais ou as respeitantes ao uso da terra no momento específico da sua implementação.

A política de gestão deve ter como objectivo a forma de melhor conservar o significado cultural do sítio, tal como é expresso na declaração de significado, devendo prever, genericamente :

- o uso pretendido para o sítio.
- a estrutura de gestão.
- as relações com a área de investigação e pesquisa.
- a estratégia de conservação adequada.
- as intervenções físicas sobre o sítio.
- a interpretação da estação.
- a manutenção do sítio.
- os procedimentos para controlar e rever a sua aplicação.

Para isto, algumas condições são indispensáveis :

- tornar explícitas as implicações da declaração de significado.
- ser aceitável pelos proprietários e autoridades responsáveis



pelo sítio.

- prestar a devida atenção a comunidades eventualmente interessadas no sítio.
- ser financeiramente aplicável e economicamente viável.
- ser tecnicamente apropriada e aplicável.
- providenciar uma orientação de gestão a longo prazo.
- ser flexível, aceitando revisão, melhoramento ou alteração.

Parte significativa desta questão é a classificação legal dos sítios. A situação legal portuguesa tem algumas peculiaridades, mas a contribuição desta forma de protecção deve ser sempre encarada como um contributo de inegável importância.

Em Portugal, duas experiências da iniciativa dos Serviços Regionais de Arqueologia, dependentes do IPPC, ainda que não tendo uma linha coerente de interligação, constituem passos importantes no sentido da criação de planos organizados de gestão do património arqueológico.

A primeira foi a publicação de todos os projectos de investigação em curso na área de jurisdição do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. Trata-se de um instrumento de gestão de valor inestimável para o planeamento a longo prazo da tomada de decisão sobre os sítios interveniçáveis ou a intervençionar.

A segunda é o Plano a médio prazo para conservação e valorização do património arqueológico do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul. Os sítios nele integrados respondem a alguns critérios gerais de cobertura homogénea do espaço geográfico e cronológico, e a estrutura de gestão e financiamento é sistematicamente analisada, sendo feito um levantamento das necessidades futuras, com previsíveis bons resultados no efeito que tal plano virá a ter no desenrolar da política de preservação que se postula.

Tais instrumentos de gestão teriam um valor superlativo se coincidissem na mesma área geográfica, e ainda mais se cobrissem todo o país.

De facto, o panorama ideal seria aquele em que o levantamento dos projectos de investigação em curso (responsáveis pela maioria dos casos urgentes de necessidade de conservação), o conjunto de acções de emergência ou salvamento e de valorização motivadas por razões não estritamente científicas (que poderão ser recensadas e programadas, a curto prazo, a partir dos Planos Directores Municipais) e os projectos em curso de valorização de estações, com origens diversas, poderiam ser integrados num todo coerente, mas flexível - no sentido de estar aberto a novos casos; dotado dos meios financeiros necessários à prossecução de uma verdadeira política de gestão, a prazo economicamente sustentável.

A médio prazo, com um plano de gestão do património sistematicamente elaborado em tais bases, será possível, prever desde início o destino final de um sítio em escavação, emitindo precocemente a declaração de significado e a sua avaliação patrimonial.

Um panorama deste género permitiria tomar comum a prática de os arqueólogos assumirem sistematicamente a responsabilidade pela conservação dos sítios, sempre que isso não ultrapasse as suas capacidades científicas (e, na maioria dos casos, a medida de conservação a tomar é o reenterramento). As entidades nacionais responsáveis poderiam então concentrar os seus meios nos problemas técnicos de conservação, na valorização de sítios e numa "arqueologia de salvamento programado" que, paulatinamente, tenderia a substituir em grande medida a "arqueologia de emergência" que, actualmente, constitui uma actividade quase completamente absorvente e, é preciso dizê-lo, tem sido praticada com menos garantias de rigor científico que o desejável.

Diversos casos conhecidos, envolvendo esta problemática, indicam alguns dados fundamentais neste sentido :

- necessidade de um plano de gestão baseado num conhecimento aprofundado da realidade arqueológica
- aplicação rigorosa desse plano, envolvendo todas as entidades (responsáveis oficiais, poder local, agentes de desenvolvimento, investigadores)
- independência de interesses particulares das entidades referidas e de prazos curtos de trabalho.

Por último, é de salientar a necessidade de os planos de gestão, a avaliação dos sítios, enfim toda a problemática relacionada com os sítios, ser adequadamente documentada e publicitada. A publicação formal parece continuar a ser a melhor forma de o fazer, assegurando também a perenidade do conhecimento e da documentação.

Em Portugal, a existência de um conjunto diversificado de publicações regulares ligadas ao IPPC (Informação Arqueológica, Trabalhos de Arqueologia, Roteiros da Arqueologia Portuguesa, Trabalhos de Arqueologia do Sul), com características diversificadas, mas permitindo cobrir todos os aspectos envolvidos, da publicação sumária ou extensa do sítio até à divulgação entre o público não-arqueólogo, é um potencial valioso para uma política editorial eficiente.

#### 4.0 A Conservação dos Sítios

##### 4.1 A documentação do estado de preservação

Qualquer decisão sobre o futuro de um sítio deve ser acom-



panha da por uma análise cuidada do seu estado de conservação.

Esta análise tem como objectivos :

- 1 - Caracterizar o estado de conservação de um sítio, num determinado momento.
- 2 - Identificar agentes de deterioração, como base de tratamento futuro.
- 3 - Determinar as prioridades de conservação, dentro de um sítio ou de um monumento, ou de um sítio entre outros sítios.

Tal análise deve responder a alguns parâmetros:

- a) âmbito. Preliminar ou detalhado, condicionado por factores logísticos, da escala do sítio, ou pela complexidade das questões técnicas envolvidas.
- b) normalização. É necessário facilitar o aproveitamento da informação, a existência de homogeneidade entre registos individuais e a continuidade entre vários registos (escavação -> análise do estado de conservação -> actividades de conservação). Isto obriga evidentemente à utilização de registos corpóreos normalizados e de códigos geográficos e espaciais, e a uma terminologia também normalizada.
- c) calendarização. Dos casos em que a análise tenha de ser periodicamente repetida, conforme o próprio estado e características da deterioração do sítio.
- d) recuperação de informação. Que para a história do sítio sobreleve a importância da própria análise. Toma necessário assegurar as boas condições de armazenagem da informação e a estabilidade do registo. A análise do estado de conservação deve assim dar origem a uma interpretação da documentação recolhida, materializada numa conclusão que terá de apontar para :

- identificação das causas de deterioração do sítio e de sua severidade relativa.
- formulação das prioridades de conservação.
- determinação da investigação laboratorial necessária a uma rigorosa caracterização dos fenómenos de deterioração e suas causas.

Esta análise deverá conduzir a um plano imediato de conservação, independente de projectos a longo prazo, que tenha como fim assegurar que, quando um projecto geral for implementado, o sítio seja ainda aquele que deu origem à declaração de significado que despoletou o processo, e não uma sua pálida sombra.

## 4.2 Técnicas

### 4.2.1 Reenterramento do sítio

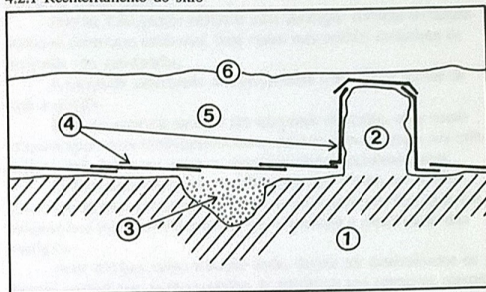


Fig.2 - Procedimento recomendado para o reenterramento de áreas escavadas, utilizando geotêxteis. 1 - substrato e pavimentos. 2 - estruturas exentas. 3 - enchimento inerte (e.g. areia lavada) nas cavidades. 4 - cobertura de geotêxtil, com sobreposições onde necessário. 5 - solo da escavação, ligeiramente tratado antes de repostar. 6 - nível original do solo, ou outro mais conveniente para a adequada drenagem do sítio.

O reenterramento de estruturas escavadas é a forma mais segura de as defender da destruição, podendo ser reduzidos a dois os princípios a que esta operação tem de obedecer :

- 1 - Criação de uma barreira entre o substrato arqueológico (seja ele as estruturas; o sedimento não escavado, em plano ou em corte; ou qualquer outra coisa) e os aspectos potencialmente danosos do solo (crescimento de raízes, elevação do nível freático, etc.)
- 2 - Manutenção do equilíbrio existente no estado anterior à escavação (é inútil tentar alterar factores como, por exemplo, a acidez do terreno; pois, ainda que fosse conseguido isso, poderia pôr em causa o equilíbrio entre substrato e solo, provocando ou acelerando a deterioração). Isto pode ser facilmente conseguido se for maioritariamente utilizado o solo retirado da escavação, depois de ligeiramente tratado (e.g. libertado das pedras de maior calibre).

Vários sistemas podem ser praticados, mas deve dar-se atenção à necessidade de fornecer largas superfícies de contacto entre o substrato e o enchimento envolvente.

A utilização de membranas de polietileno é uma solução pior que



não utilizar separador nenhum, porque cria uma linha de desequilíbrio absoluto, provocando a acumulação de água em contacto com as estruturas, o que poderá destruí-las; ou funcionando como uma armadilha para a fauna subterrânea, com a produção de uma camada de putrefacção, potencialmente muito danosa. Redes plásticas de qualquer malha apresentam os mesmos defeitos, apenas ligeiramente minorados, ou a sua malha é tão larga que são inoperantes como separadores.

Os materiais mais adequados parecem ser os "geotêxteis", com ampla utilização na construção civil e obras públicas, que respondem muito positivamente aos requisitos mencionados.

Outros materiais da mesma classe, os "geodrenos", permitem controlar os níveis freáticos reduzindo substancialmente o impacto da instalação de redes de drenagem clássicas em áreas com estruturas arqueológicas.

#### 4.2.2 Consolidação de estruturas

A consolidação de estruturas é uma necessidade em todos os sítios a deixar a descoberto e, provavelmente, será recomendável em muitos a reenterrar. Pode ser feita de duas formas distintas:

- consolidação física
- consolidação química

Eventualmente, as duas podem ser combinadas para permitir a estabilização de estruturas profundamente afectadas por processos pluri-factoriais de deterioração.

Em qualquer dos casos, existe abundante bibliografia sobre os procedimentos recomendáveis para estes problemas de conservação.

#### 4.2.3 Coberturas

A cobertura de um sítio arqueológico escavado é a forma mais segura de potenciar a sua preservação sem recurso a um esforço infindável, e provavelmente inglório, de consolidação e manutenção. Permite, aliás, reduzir a intervenção física sobre as estruturas, condicionando directamente o ambiente imediato dos vestígios e minorando os agentes de deterioração de origem meteorológica.

A cobertura dos sítios acarreta sempre um grande investimento; um impacto variável, mas grande (e normalmente menos apreciado) sobre a paisagem e o enquadramento visual das estruturas; e a necessidade de um esforço de manutenção e valorização informativa do sítio, que impeça a deriva para a situação absurda de uma cobertura dispendiosa sobre um sítio incompreensível para o visitante e abandonado a factores secundários de destruição.

Isto obriga a um rigor extremo no projecto dessas estruturas e,

sobretudo, no levantamento das necessidades específicas a que a cobertura deve responder, trazendo de novo para primeiro plano todo o processo que descrevemos, da declaração de significado à análise do estado de conservação.

Para tal, é de grande utilidade uma avaliação correcta do desempenho de coberturas existentes, bem como uma análise cuidadosa de propostas não construídas.

A adequada informação dos projectistas é um factor basilar de toda a questão.

Deve ser prestada atenção aos materiais utilizados, quer como estrutura quer como revestimento, bem como às técnicas que a sua utilização requer, tendo em conta as disponibilidades logísticas locais.

Os requisitos funcionais de uma cobertura devem ser ditados pelo contexto arqueológico e ambiental do sítio, pelo seu tipo, pela sua localização e pelo restante processo de tratamento e preservação dos vestígios.

Neste sentido, numa situação dada, devem ser determinados os padrões pretendidos de desempenho da cobertura nos seguintes campos

- aparência
- durabilidade
- adequação dimensional
- resistência e estabilidade
- exclusão dos factores meteorológicos
- controlo sonoro
- conforto térmico
- protecção contra incêndios
- iluminação e ventilação
- drenagem
- segurança
- custo

#### 4.2.4 Restauro, reconstrução e musealização de sítios

A reconstrução dos sítios é, hoje em dia, uma prática banida pelas instâncias internacionais, numa posição materializada na "Carta de Veneza".

A anastilose de fragmentos arquitectónicos é admitida, mas a linha entre restauro, anastilose e reconstrução é muito ténue, tornando-se necessário o maior rigor em não levar o restauro mais além do estritamente necessário (partes em perigo estrutural, por exemplo), em criar uma boa base científica para a anastilose, e em não empreender extensas reconstruções sobre os vestígios antigos.

A interpretação dos sítios pode ser facilitada ao visitante por



outros meios, como sejam os painéis informativos, as maquetas e - experiência que, conjugada com projectos de arqueologia experimental, pode conduzir a resultados interessantes - a reconstrução ao lado dos vestígios.

Estas experiências produzem resultados pedagógicos muito positivos, para além de servir em fins científicos com algum interesse.

#### 4.2.5 Manutenção

A manutenção do estado de conservação de um sítio, após a sua estabilização, é uma necessidade e, muito provavelmente, o maior investimento que é necessário prever. O objectivo da manutenção deve ser reduzir ou eliminar a necessidade das operações periódicas de conservação "a fundo", num sítio que entre uma e outra destas operações seja deixado ao abandono; o que não reduz a velocidade da deterioração, apenas a torna sincopada, encurtando sempre drasticamente a sobrevivência esperada e desejável. Uma assistência continuada permite reduzir a velocidade de deterioração e evita intervenções físicas profundas nos vestígios, com resultados obviamente benéficos para a preservação da sua integridade.

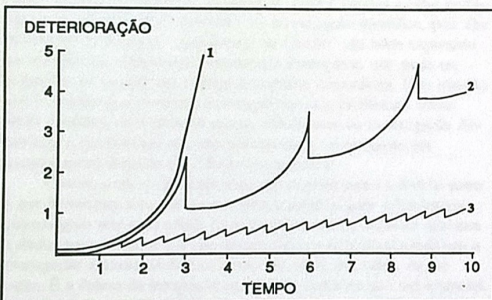


Fig. 3 - Esquema teórico do avanço da deterioração num sítio abandonado (1), sujeito a operações periódicas de conservação, mas sem manutenção (2) e com assistência regular (3).

Dentro das actividades de manutenção, o controlo da infestação dos sítios pela vegetação é um dos factores de maior importância.

Herbicidas e biocidas permitem controlar os danos criados pela penetração de raízes de plantas de maior porte, e os danos devidos a criptogâmicas (musgos, algas, líquenes, fungos). O tratamento deve ser

regular, equilibrando adequadamente herbicidas de acção rápida e residuais e aplicações de outros biocidas.

O biocida (herbicida ou outro) "ideal" deve ser um produto de espectro largo ou específico conforme os requisitos do momento, mas deve ter actividade residual que lhe dê efeitos a longo prazo. Não deve ser tóxico para o homem ou para os animais. Deve ser incolor e inodoro e eficiente em baixas concentrações. Não deve ser migrante no solo e não pode reagir quimicamente com o substrato. Não pode introduzir no substrato materiais danosos, tais como sais solúveis.

A utilização intercalada de herbicidas sistémicos de acção longa e de outros de acção rápida tem dado, em Portugal, bons resultados.

#### 5.0 O caso das cidades

A conjunção de dois factores aparentemente contraditórios da evolução das sociedades modernas, o desenvolvimento e a conservação, deu origem a um fenómeno que em Braga tem o seu mais completo exemplo português: A área arqueológica urbana.

O crescimento das cidades (tantas vezes selvagem) e o nascer da investigação arqueológica criam de facto uma realidade conflitual (que tem directamente a ver com a conservação de sítios arqueológicos) especialmente preocupante pois existem poucos factores de destruição tão radicais para as estruturas antigas como um moderno bloco de escritórios ou apartamentos.

O subsolo arqueológico das cidades deve ser entendido como qualquer outra estação arqueológica, onde o estudo das ocupações antigas deve ser completo. Isto deixa assim para considerações posteriores a valorização de uma ou outra construção, de um ou outro complexo arqueológico-urbanístico. Virtude primeira do projecto Salvamento de Bracara Augusta é, precisamente, o objectivo de entender a evolução de toda uma cidade.

Base necessária para a implementação de um projecto integrado deste género é, obviamente, um estudo metódico do que já se conhece e um planeamento rigoroso das dúvidas a resolver, dos locais a investigar, das questões a indagar. Arqueólogos, historiadores e outros têm, neste momento, um papel fulcral e parece evidente que a existência de um centro de investigação específico para cada núcleo urbano é condição *sine qua non* de sucesso.

Esta perspectiva sublinha a necessidade do trabalho pluridisciplinar, do arqueólogo ao arquitecto e do engenheiro ao historiador de arte, no entendimento das cidades como todos orgânicos em que o arqueólogo tem como missão explicar estratigraficamente as raízes históricas de um estádio dado (o actual) da evolução do núcleo urbano. Esta explicação não pode ser em si debilitante das capacidades de ev-



lução desse núcleo, antes deve ser iluminante dessa evolução e das directivas que condicionam rigidamente o desenvolvimento das grandes aglomerações construídas.

A conservação das estruturas arqueológicas em meio urbano não deve ser, por isso, distinta da restante política de conservação urbana.

## 6.0 Conclusão

O nosso objectivo é apontar um caminho, quanto possível consensual, para aquilo que em Portugal pode ser a Gestão do Património Arqueológico, nas suas vertentes de investigação e de conservação.

Nos últimos anos a expressão "Arqueologia de Gestão" - que na realidade nada significa - tem feito as delícias dos arqueólogos portugueses. Dos que directamente trabalham em Conservação do Património (nomeadamente os ligados ao IPPC) pois, mais familiarizados com os princípios e com o carácter de necessidade urgente que está indissociavelmente ligado à salvaguarda do património histórico-cultural, têm tentado dar o seu melhor no sentido de salvar fisicamente os sítios, torná-los socialmente (senão economicamente) rentáveis e distribuir os poucos recursos disponíveis pela multiplicidade das carências. Mas, também dos arqueólogos menos ligados a estes problemas, mais directamente envolvidos na investigação científica, pois têm encontrado na nascente "Arqueologia de Gestão" um bode expiatório das deficiências crónicas da Arqueologia Portuguesa, que pode ser facilmente de esgotar os recursos financeiros disponíveis. Esta questão vem evitando que deveria o real diagnóstico dos problemas. Entre outras questões, deve dizer-se que as dificuldades da Investigação Arqueológica em Portugal não são maiores que a investigação em qualquer outro domínio da Ciência não aplicada.

Quanto a nós, a realidade não é tão simples como a divisão entre os que investigam e os que gerem. Nem é possível gerir o Património Arqueológico sem uma sólida base científica, nem a escassez absoluta de dados arqueológicos e o seu carácter único e irrepetível autorizam a investigação alheia do destino futuro dos sítios, em suma, da sua gestão. É a defesa da integração destas duas vertentes que, no essencial, nos move.

A prática portuguesa de conservação de sítios regista um espectro de exemplos que, feito um esforço de sistematização e divulgação, poderá vir a constituir um todo integrado, correcto, com resultados positivos e apontável a nível internacional como exemplo.

A nossa experiência diz-nos que são apenas as graves carências em meios, logísticos e financeiros que têm impedido que tal se concretize a curto prazo.

## 7.0 Bibliografia

### a) Inventariação, Avaliação do Valor Patrimonial e Gestão

Conselho da Europa. 1987. *Archaeology and Planning*. Architectural Heritage Reports and Studies, nº 5. Strasbourg. Council of Europe.

David Lowenthal and Marcus Binney (eds), *Our Past Before Us. Why Do We Save It?*. 193-202. London: Temple Smith.

Henry Cleere, (ed.). 1984. *Approaches to the Archaeological Heritage. A Comparative Study of World Cultural Resource Management Systems*. Cambridge, Cambridge University Press.

Henry Cleere, (ed.). 1989. *Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London: Unwin Hyman.

Jean Chapelot e Alain Schnapp. 1984. *La politique de l'archéologie en Europe*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

José Manuel Mascarenhas, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, 1986, *O Património Histórico-Cultural e os estudos de impacto ambiental: Proposta de metodologia para a avaliação do impacto de barragens*, in Trabalhos de Arqueologia do Sul nº 1, Évora, IPPC.

L. Green Ernestene (ed.) 1984 *Ethics and Values in Archaeology*. New York, The Free Press.

Max Bourke, Miles Lewis, e Bal Saini (eds), 1983. *Protecting the Past for the Future* (Proceedings of the Unesco Regional Conference on Historic Places, Sydney, 22-28 May 1983). Canberra: Australian Government Publishing Service.

Meredith H. Sykes, 1984. *Manual on Systems of Inventorying Immovable Cultural Property*. Paris, UNESCO.

S. Aullivan and S. Bowdler (eds). 1984. *Site Surveys and Significance Assessment in Australian Archaeology*, Canberra, Australian National University

T. P. Tassios, and M. Mamillan. 1985. *Valutazione strutturale dei monumenti antichi*. Roma, Edizione Kappa.



b) Valorização

Adília Alarcão, 1985, *Arqueologia e Turismo*, in Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, Portalegre, Região de Turismo.

Gillian Binks, John Dyke, e Philip Gagnall. 1988, *Visitors Welcome. A Manual on the Presentation and Interpretation of Archaeological Excavations*. London: English Heritage.

*Musées de site archéologique*. UNESCO/ICOM.

c) Técnicas de conservação

Adobe. *International Symposium and Training Workshop on the Conservation of Adobe*, 1983, . Lima: UNDP/UNESCO.

*Conservation of Historic Stone Buildings and Monuments*, 22-30. Washington, D. C.: National Academy Press.

Giorgio Torracca, 1981, *Porous building materials. Materials science for architectural conservation*, Roma, ICCROM

H.W.M.Hodges, (ed.). (1987). *In Situ Archaeological Conservation... Cidade do México*. Instituto Nacional de Antropologia e História, e The J. Paul Getty Trust.

Isidore Adler, Sheldon E. Sommer, Raphael Gershon, e Jacob I. Trombka. 1982. *Analytical methods related to building and monument preservation*. in *Conservation of Historic Stone Buildings and Monuments* (report of the Committee on Conservation of Historic Stone Buildings and Monuments), 163-182. Washington, D.C.: National Academy Press.

Jeanne Marie Teutonico, 1988. *A laboratory manual for architectural conservators*. Roma, ICCROM.

John Ashurst e Nicola Ashurst 1988 *Practical Building Conservation*, 5 vols. Aldershot. Gower Technical Press.

John Ashurst, Nick Balaam, and Kate Foley. 1989. *The Rose Theatre*. Conservation Bulletin,, nº 9, 9-10. Londres, English Heritage.

Michael B Schiffer e George J. Gumerman. 1977. *Conservation*

*Archaeology*. New York, Academic Press.

Michel Frizot, 1972, *Mortiers et enduits peints antiques - étude technique et archéologique*. Dijon, Centre de recherches sur les techniques greco-romaines.

*Mortars, Cements and Grouts Used in the Conservation of Historic Buildings* (1981 Symposium, Roma). Roma. ICCROM.

Neville Agnew, Heather Griffin, Mary Wade, Terence Tebble, Warren Oxnam. 1989. *Strategies and techniques for the preservation fossil tracksites: an australian example*. In David D. Gillette and Martin G. Lockley (eds.), *Dinosaur Tracks and Traces*. Cambridge, Cambridge University Press.

\* Nicholas Stanley Price (ed.). 1984. *Conservation on Archaeological Excavations with Particular Reference to the Mediterranean Area*. Roma: ICCROM.

Paolo Mora, Laura Mora, and Paul Philippot. 1984. *Conservation of Wall Paintings*. Londres, Butterworths.

Paul G. Marinós, and George C. Koukis (eds). 1988. *The Engineering Geology of Ancient Works, Monuments and Historical Sites*. Preservation and Protection, vols 1-3. Rotterdam : A.A. Balkema.

*Preventive Measures During Excavation and Site Protection*, 1985, Rome: ICCROM.

d) Arqueologia Urbana

*I<sup>o</sup> Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, 1986, Lisboa, IPPC.

Manuela Delgado, Manuela Martins e Francisco Sande Lemos, *Dossier Salvamento de Bracara Augusta*, in *Forum* nº 6, Braga, Universidade do Minho.